Uma Concertação pela Amazônia

Retratos temáticos - Forças Armadas

Hussein Kalout

A dimensão e o valor estratégico da região amazônica para desenvolvimento do Brasil precisam ser repensados de forma inovadora e em parceria com todos os polos da sociedade brasileira. Um olhar agudo sobre a importância de aspectos como soberania, integridade territorial, preservação ambiental, e terceiro setor na Amazônia, precisa ser matizado à luz dos interesses estratégicos do país. Os dilemas que presidem a narrativa sobre as políticas de sustentabilidade, bioeconomia, direitos indígenas, defesa, segurança e exploração mineral, são temas que requerem o envolvimento entre os diversos atores do setor público e privado e entre civis e militares para serem dirimidos de forma produtiva.

AS FORÇAS ARMADAS

- defendem a exploração preservação sustentável da floresta e a criação de um marco regulatório específico para a exploração da riqueza mineral da região amazônica – com reinvestimento na região e seu povo
- trabalham em parceria e coordenação com ONGs e os governos locais em temas como saúde, educação, conectividade e infraestrutura
- visam a proteção e assistência permanente dos povos indígenas
- defendem a revisão da política de demarcação territorial de reservas com vistas à defesa da soberania e da integridade territorial do Estado brasileiro.
- veem a necessidade de investimento em segurança e defesa para combater o crime organizado e da ampliação da capacidade de monitoramento tecnológico da fronteira – o Programa Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON) como investimento estratégico
- veem a necessidade de melhoria nos modais de infraestrutura, transporte e logística.

Da perspectiva das Forças Armadas, todo e qualquer projeto voltado para o desenvolvimento da região amazônica precisa ter como premissas estruturais os seguintes vetores:

- a) desenvolvimento social;
- b) desenvolvimento econômico;
- c) proteção do meio ambiente; e
- d) fortalecimento da defesa e segurança.
- A conservação e exploração sustentável dos recursos minerais da Amazônia Legal, assim como a proteção de seus povos e de suas culturas, requer um trabalho transversal capaz de englobar o governo federal, estadual e municipal, além da cooperação entre o setor público e o privado.
- O desenvolvimento da região depende ainda do comprometimento do Congresso Nacional na aprovação de marcos legais voltados ao fortalecimento de sua malha de modais de infraestrutura.
- A soberania e a integridade territorial da Amazônia precisam fazer parte de uma discussão nacional e regida em conformidade com os marcos legais determinados pela constituição.
- Apoio e fortalecimento dos mecanismos de controle que visam a exploração ilegal da floresta.

RECOMENDAÇÕES

- Trabalhar em cooperação com as Forças Armadas pelo desenvolvimento e proteção da Amazônia Legal
- Aproximar ONGs, setor público e setor privado para o desenvolvimento de plano conjunto em defesa da biodiversidade da Amazônia
- Auxiliar os povos autóctones em suas demandas básicas (de forma permanente) e também defender os seus direitos consagrados na constituição
- Colaborar com os municípios e com os Estados no desenvolvimento de política públicas voltas para o combate aos ilícitos transnacionais
- Propor um marco regulatório para infraestrutura e regime de financiamento viável para permitir investimentos na parte de logística e transporte (deslocamentos fluvial e terrestre)
- Compreender a perspectiva geoestratégica que os militares possuem em relação aos desafios da Amazônia Legal
- Estimular o aperfeiçoamento da parceria entre civis e militares para evitar a ampliação das rotas do narcotráfico e reduzir o grave risco que o crime organizado representa aos povos da região, ao seu desenvolvimento e à segurança nacional do Estado brasileiro